

Desindustrialização no Brasil: mudança estrutural ou doença holandesa?

*Francisco Roberto Fuentes Tavares de Lira**

Resumo: Este artigo busca explorar o tema da desindustrialização no Brasil ao buscar verificar a natureza desse fenômeno sob duas óticas: um sintoma da doença holandesa ou parte do processo de mudança estrutural. A diferença entre esses tipos de desindustrialização é a composição do setor de serviços, no qual a expansão de serviços mais qualificados destaca a transformação estrutural da economia, enquanto o crescimento de serviços mais rudimentares (comércio) denota a doença holandesa. Com base nisso, o texto pauta-se em analisar a evolução do emprego em diferentes setores para perceber a natureza da perda de participação da indústria; e conclui-se que a suposta desindustrialização brasileira não se encaixa perfeitamente nessas duas óticas.

Palavras-chave: desindustrialização, doença holandesa, mudança estrutural, serviços.

Classificação JEL: L80, O14, O50.

*Mestre em Economia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: francisco.tavares.lira@gmail.com

1 Introdução

Desde a entrada no século XXI, muitos economistas têm apontado que está em marcha a desindustrialização da economia brasileira, isto é, a perda de participação da indústria na economia. O Brasil é considerado um país dotado de um significativo parque industrial, e tal indicação pode soar terrível e alarmante, porém, observa-se que o fenômeno da desindustrialização não está limitado ao Brasil, mas também aos países desenvolvidos, como os E.U.A. Posto esse fato, abre-se a seguinte discussão: a retração da indústria na economia brasileira pode ser encarada como algo prejudicial a ser repellido (a doença holandesa), ou como parte da mudança estrutural inerente ao processo de desenvolvimento econômico. Com esse questionamento, o texto buscará verificar em qual das duas formas enquadra-se a manifestação desse processo.

A hipótese que permeia esse artigo é que a composição do setor de serviços indica o tipo de desindustrialização em marcha, isto é, a expansão de serviços qualificados aponta a desindustrialização por transformação estrutural, enquanto que o crescimento de serviços rudimentares e tradicionais conduz a um sintoma da doença holandesa. Logo, a metodologia desse trabalho será pautada em analisar a evolução do emprego nos diferentes ramos da economia a fim de constatar o tipo de desindustrialização que está agindo sobre a economia brasileira.

O trabalho será dividido em cinco partes para alcançar o objetivo proposto: na primeira parte são exibidas as teorias que abordam as diferentes óticas sobre o processo desindustrialização; na segunda, são mostrados os dados que sinalizam a perda das manufaturas na economia brasileira; na terceira, analisa-se o comportamento do emprego brasileiro para avaliar a manifestação da doença holandesa; na quarta, é visto através da comparação do nível de emprego entre os E.U.A., se a transformação estrutural é responsável pela perda do peso das manufaturas no Brasil. Por último, são realizados comentários finais sobre este acontecimento na indústria nacional.

2 Desindustrialização: ruína ou mudança

Muitos economistas brasileiros¹, em especial os da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontam que a perda de participação da indústria na renda nacional deve-se principalmente à taxa de câmbio, e configura-se como um sintoma da doença holandesa, devendo assim, ser debelado para que a economia desenvolva-se.

O argumento da doença holandesa² foi elaborado por W. Max Corden e J. Peter Neary os quais observaram a evolução da indústria da Holanda na década de 1960 e 1970, e notaram que esse setor perdeu espaço e dinamismo na

¹ Entre os quais destaca-se o trabalho de BRESSER-PEREIRA (2007) e BARBI, MARCONI (2010).

² O termo "doença holandesa" foi cunhado pela revista *The Economist* em 1977.

economia devido às receitas oriundas da exploração de gás natural. Deduziu-se que as exportações desse hidrocarboneto desencadearam um fluxo de divisas que valorizou a moeda nacional a ponto de tirar a competitividade das manufaturas holandesas.

“The term Dutch Disease refers to the adverse effects on Dutch manufacturing of the natural gas discoveries of the nineteen sixties, essentially through the subsequent appreciation of the Dutch real exchange rate” (Corden, 1984, p. 1959).

Corden (1984) consolidou o estudo por meio de um modelo o qual interpretou que a causa da doença holandesa decorre de um aumento da renda do setor *booming* da economia, o qual este concentra atividades intensivas em recursos naturais, como cobre, café ou petróleo. Essa expansão da renda (o *boom*) desse setor dá-se através da descoberta de tais recursos, do aumento dos preços desses artigos básicos, ou da elevação exógena da produtividade desses bens primários.

A expansão do *booming* afeta os setores *lagging* (indústria) e *non-tradeable* (construção civil, e serviços em geral) ao gerar o “efeito gasto”, o qual consiste no uso da renda extra oriunda do setor *booming*, provocando assim, o aumento dos preços de *non-tradeable* devido à elasticidade da demanda em relação à renda dessa área ser positiva. Essa apreciação (conforme o autor, “*the real appreciation*”) induz a transferência de recursos do *booming* e *lagging* para o *non-tradeables* (Corden, Neary, 1982).

Este é o argumento básico, em que utiliza elementos do modelo Hecksher-Ohlin, cujas suposições são a flexibilidade salarial, pleno emprego, competição perfeita, além disso, supõe que o câmbio é real e as transações correntes são equilibradas; salienta-se que Corden (1984) deriva as outras possibilidades de manifestação da doença holandesa ao alterar algumas dessas suposições. De acordo com o autor, o “efeito gasto” pode conduzir sob uma certa rigidez salarial à geração de emprego no setor de *non-tradeables* em detrimento do de *lagging*.

Enfim, a doença holandesa sob a interpretação de Corden (1984) trata de encontrar explicação para a desindustrialização ao apontar o crescimento abrupto de atividades intensivas em recursos naturais, e indica que a contração da indústria (do setor *lagging*) é acompanhada pela expansão do setor de serviços e construção civil (*non-tradeables*) da economia.

Uma ressalva importante é que tais idéias pioneiras foram precedidas pelo estudo de Celso Furtado sobre a Venezuela dos anos 1970, ao destacar os efeitos não-benéficos que causava a exploração de petróleo sobre o desenvolvimento econômico do país. A lógica não diverge muito do que foi apresentado: a atividade petrolífera trazia uma abundância de divisas que induzia a uma apreciação cambial, a qual não era compatível com a estrutura produtiva preexistente,

e por isso, não possibilitava a manifestação do desenvolvimento industrial (FURTADO, 2008). No entanto, a análise do economista brasileiro é distinta no sentido de que esta não fez considerações sobre o pleno emprego e não se limitou a questões de alocação de recursos, mas focou-se em mostrar como os gigantescos ganhos de produtividade da exploração de hidrocarbonetos não conseguiam alavancar a modernização da economia venezuelana.

Além disso, houve a contribuição do economista Luís Carlos Bresser-Pereira (2007), o qual observou a manifestação da doença holandesa como algo não somente negativo para a indústria, mas também para o desenvolvimento econômico de um país.

É uma falha de mercado porque o setor produtor de bens intensivos em recursos naturais gera uma externalidade negativa sobre os demais setores da economia impedindo que esses setores se desenvolvam, não obstante usem a tecnologia no estado da arte (Bresser-Pereira, 2007, p. 52).

O trabalho do autor segue a linha dos primeiros que estudaram esse fenômeno, isto é, há uma alteração nos preços relativos de forma que favorece a economia de bens não-comercializáveis, mas adiciona-se um elemento para explicar a causa da doença holandesa: esta origina-se de rendas ricardianas oriundas da abundância de recursos baratos. Então, a visão de Bresser-Pereira sobre essa falha de mercado é norteadada pela taxa de câmbio que é dividida em dois tipos: a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e de equilíbrio industrial. Quando há a manifestação da doença holandesa, a taxa de equilíbrio corrente fica mais baixa³ que a de equilíbrio industrial, e assim, inviabiliza a competitividade e rentabilidade das empresas que estejam usando a tecnologia no estado da arte (Bresser-Pereira, 2007).

A contribuição de Bresser-Pereira sobre a doença holandesa deve-se a uma explicação mais detalhada das condições da expansão do setor *booming*, elemento que foi posto de forma simples por Corden e Neary. A visão dele sobre esse problema não diferencia-se⁴ muito da proposta original envolvendo esse fenômeno, no entanto, ele enfatiza que a doença holandesa deve ser combatida severamente caso a economia do país (seja este desenvolvido ou não) queira continuar o seu processo de desenvolvimento.

Então, ao supor que o setor terciário está dividido entre serviços distributivos (transporte, comércio, comunicação), serviços pessoais (alojamento,

³ O autor indica que a taxa de equilíbrio corrente sofre essa apreciação devido ao baixo custo marginal da produção do bem que origina a doença holandesa, e isto traduz-se na oferta desse bem a um preço abaixo do mercado internacional, o que gera as rendas ricardianas responsáveis por essa valorização cambial. Diante disso, é sugerido por BRESSER-PEREIRA (2007) que é inevitável que ocorra o deslocamento dos fatores de produção do setor manufatureiro para o setor de bens não-transacionáveis.

⁴ Uma exceção é feita quanto à influência do setor *booming* na demanda, pois de acordo com CORDEN (1984), esta decorria do grau de apropriação e gasto do Estado das rendas oriundas do *booming*, enquanto que BRESSER-PEREIRA (2007) afirmava que isto ocorria devido à “valorização artificial” dos salários diante da apreciação cambial vinda das rendas ricardianas.

alimentação, artes e entretenimento) e serviços produtivos (finanças, arquitetura, engenharia), conforme explicitado por Shettkat & Yocarini (2009) pontua-se que os sintomas dessa síndrome traduzem-se no setor de serviços através da criação de empregos em serviços mais suscetíveis às oscilações da renda, por exemplo, expande-se a mão-de-obra no comércio e no entretenimento. Esta suposição decorre do raciocínio de que é improvável que no curto prazo, um aumento da renda geral da população estimule a demanda de mão-de-obra qualificada, como engenheiros e cientistas. Ou seja, há o aumento do emprego nos serviços distributivos e pessoais diante da síndrome da doença holandesa.

Esse fenômeno revela que o processo de desindustrialização é maléfico para a economia, mas há uma outra abordagem para a questão da perda de participação da indústria na economia: a mudança estrutural.

Muitas economias desenvolvidas, as quais possuem um robusto parque industrial, passaram a experimentar uma certa retração do setor industrial, e isto não devia-se a distorções macroeconômicas, mas às mudanças na estrutura da economia. Em economias de alta renda *per capita*, essas mudanças fazem parte do processo de desenvolvimento econômico, o qual é traduzido na crescente agregação de valor que o setor de serviços passa a dar às manufaturas por meio do marketing, da criação de tecnologia, e de design de produto.

O primeiro que destacou esse efeito na economia foi Colin Clark, que antes da 2ª Guerra Mundial ser deflagrada, observou por meio de uma análise estatística que nos três setores da economia havia distintos comportamentos do emprego diante da variação da renda. Havia uma relação inversa entre a renda *per capita* e a população ocupada nas atividades agropecuárias (primárias), enquanto que no setor secundário ocorria o rápido emprego da mão-de-obra durante a elevação da renda *per capita* (a qual tendia a estabilizar-se); e no terceiro setor, afirmava-se que era o setor com maior crescimento do emprego em fases avançadas do desenvolvimento (Furtado, 1983). Em relação a esses resultados, Clark havia afirmado o seguinte: “*The most important concomitant of economic progress is the movement of labor from agriculture to manufacture, and from manufacture to commerce and services*” (Clark, 1940, *apud* Fuchs, 1980, p. 2).

Essa afirmação foi explorada por Victor R. Fuchs, o qual buscou analisar esse deslocamento de fatores de produção nos E.U.A. (e nos países da OCDE) através de uma regressão, a fim de verificar o crescimento dos serviços na economia. O autor conclui com base na economia norte-americana que o deslocamento do trabalho da agricultura para a indústria devia-se às diferenças de elasticidade renda da demanda nesses setores (Fuchs, 1980). Quanto a passagem da mão-de-obra da indústria para os serviços, o porquê desse movimento não deve-se a tal elasticidade, conforme Clark apontou, mas é explicado primariamente por diferenças na tendência da taxa de crescimento da renda por trabalhador (Fuchs, 1980). Uma interpretação dessa afirmação é

que na indústria, a crescente incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, a fim de elevar a produtividade, desloca o trabalho desta área para o setor de serviços, no qual a produtividade não chega a ser tão alta quanto ao setor manufatureiro, mas emprega mais.

O trabalho de Fuchs destacava-se também não somente por explicar tal deslocamento, mas por exibir o comportamento dos setores em relação à renda *per capita* e o emprego nos E.U.A.: a indústria cresce até atingir um ponto em que começa a declinar (desindustrialização), enquanto que nos serviços, nota-se um persistente crescimento.

Tal comportamento entre os setores foi corroborado por Bah (2007), que analisou a mudança estrutural entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O estudo de El-hadj M. Bah seguiu as premissas de Kuznets sobre processo de desenvolvimento econômico, o qual este interpretava a transformação estrutural como um dos elementos do processo de desenvolvimento econômico (Kuznets, 1971, *apud* Bah, 2007). Essa transformação era composta por dois estágios, em que no primeiro a economia movimentava os seus recursos da agricultura para a indústria e os serviços, e no segundo estágio, os recursos eram realocados da agricultura e indústria para os serviços. As nações desenvolvidas, como Japão e E.U.A., passaram pela primeira fase de desenvolvimento e estão vivenciando a segunda.

O trabalho de Bah consistiu em verificar através de regressões múltiplas se esse caminho de desenvolvimento também está sendo trilhado pelas economias em desenvolvimento, como as da América Latina (além da Ásia e África); e constata-se que no caso latino-americano ocorre a transição da primeira para a segunda fase do desenvolvimento econômico sob baixa renda *per capita* (Bah, 2007). Além disso, a fatia da agricultura na renda nacional latino-americana é similar à dos países desenvolvidos (tende à estagnação), enquanto a indústria tem uma baixa participação máxima na renda (Bah, 2007).

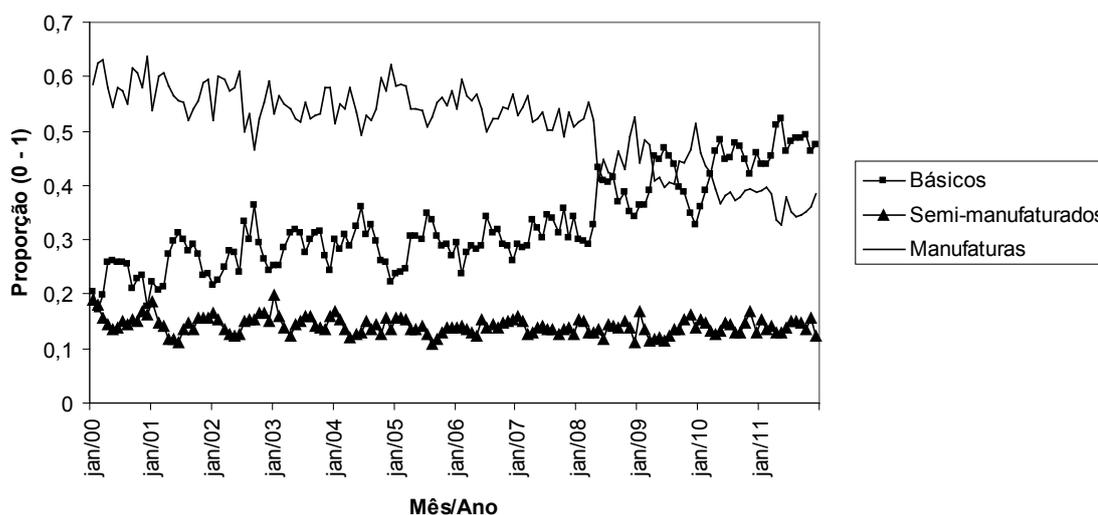
Em síntese, outra interpretação que pode ser dada à desindustrialização é a transformação estrutural da economia, a qual faz parte do processo de desenvolvimento, e seu impacto nos serviços caracteriza-se pela ocupação de postos de trabalhos mais qualificados, como marketing, engenharia, ou serviços produtivos em geral, conforme apontam Shettkat & Yocarini (2009).

O Brasil completou a 2º Revolução Industrial no final da década de 1970 com 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o que deixou a economia equipada com um robusto parque industrial (o maior da América Latina), e desde daquela época, o país passou por diversas transformações, entre elas uma contração das manufaturas na fatia do produto nacional. Então, a suposta desindustrialização no Brasil pode ser vista a princípio sob duas óticas: mudança estrutural ou doença holandesa. Nas próximas seções serão verificados quais são os indícios que podem conduzir a determinada interpretação.

3 Os sinais da desindustrialização brasileira

Um dos argumentos que indicam que o processo de desindustrialização está em marcha é a tendência das exportações de artigos manufaturados perderem participação em relação ao total exportado pelo Brasil.

Gráfico 1 - Proporção entre as exportações de diferentes naturezas em relação ao total exportado – jan 1995-dez 2011



Fonte: BACEN, 2012.

Nota: Extraído do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria de Comércio Exterior.

As exportações de bens de maior valor agregado conectam várias cadeias produtivas, e revelam o grau de dinamismo da economia, porém, deve-se levar em conta que o Brasil possui um mercado interno forte, isto é, o país não está inserido profundamente no comércio internacional. Logo, apesar das exportações refletirem o determinado grau de desenvolvimento industrial de uma nação, ressalta-se que no Brasil, esse fato (não-desprezível) não é tão alarmante, pois a balança comercial não compõe a maior parte da geração de riqueza da economia. A título de ilustração, a participação das exportações na formação do PIB brasileiro correspondeu em 2008 a 13,7% (CEPAL, 2012), enquanto que em países mais inseridos no comércio internacional, como o Chile e a Costa Rica, as exportações possuem, respectivamente, uma representação de 36,1% e 50,3% do PIB (CEPAL, 2012).

Outro indício da desindustrialização brasileira é a evolução das contas nacionais a partir de 1996⁵, no qual o setor de maior produtividade e incorporação de tecnologia, a indústria de transformação, tem perdido a participação no PIB diante de um cenário de crescimento econômico.

⁵ Ressalta-se que em 1995, devido à mudança metodológica na formulação das contas nacionais do Brasil proposta pelo IBGE, é inviabilizada uma observação mais extensa da evolução dos segmentos dentro do valor adicionado bruto difícil. Por isso, a fim de ser isento de distorções, uma avaliação recente desse setor no produto nacional abrange o período de 1996 a 2011.

Tabela 1 - Evolução do ritmo de crescimento do produto nacional e da participação da indústria de transformação no PIB – 1996-2011.

	Crescimento anual do PIB	Participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto
1996	2,15%	16,80%
1997	3,37%	16,67%
1998	0,04%	15,72%
1999	0,26%	16,12%
2000	4,31%	17,22%
2001	1,31%	17,13%
2002	2,66%	16,85%
2003	1,15%	18,02%
2004	5,71%	19,22%
2005	3,16%	18,09%
2006	3,96%	17,37%
2007	6,10%	17,03%
2008	5,17%	16,63%
2009	-0,33%	16,65%
2010	7,53%	16,23%
2011	2,73%	14,60%

Fonte: IPEADATA, 2013, WORLD BANK, 2013.

Notas: Manipulação de dados feita pelo autor.

Extraído das Contas Nacionais do IBGE.

Conforme Nassif (2008), é compreensível a indústria perder (ou não conseguir aumentar) a participação dela no PIB diante de cenários de baixa produtividade e investimento, e isto justifica o porquê de não qualificar parte da década de 1990 como de desindustrialização. Ciente disso, destaca-se nesta tabela os anos de 2006, 2007 e 2010, os quais se vivenciaram expressivas taxas de crescimento econômico, e ao mesmo tempo, observou-se a retração da fatia da indústria de transformação no produto nacional. Este aspecto é preocupante e fornece argumentos para a hipótese da desindustrialização, pois tal retração é natural diante de recessões, mas não em momentos de expansão.

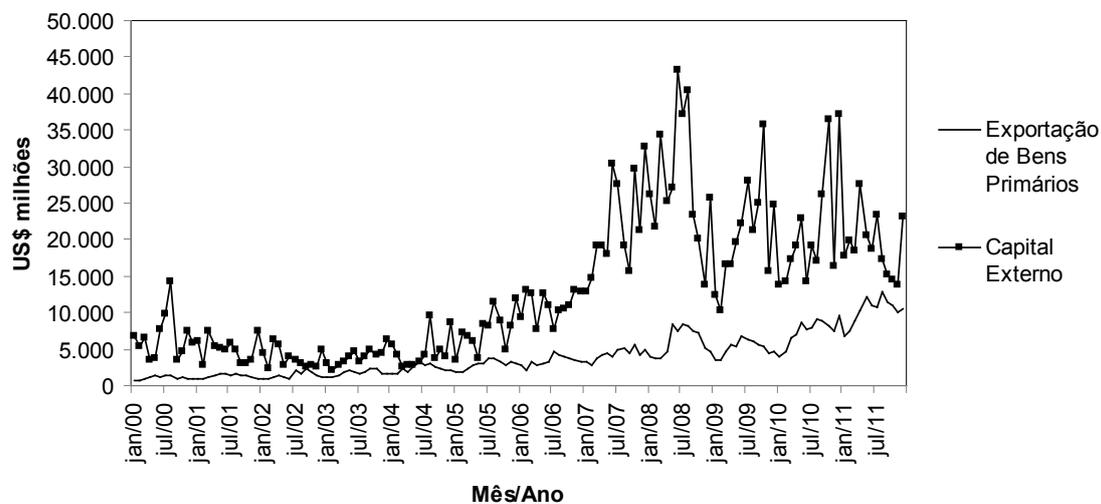
Esses fatos sinalizam que há um possível processo de desindustrialização em andamento na economia brasileira, mas a dedução da natureza desse processo, isto é, se é doença holandesa ou mudança estrutural, será feita por meio da observação da composição do setor de serviços. O diagnóstico disso através do nível de emprego nas diferentes áreas da economia contorna a influência dos preços relativos, isto é, o impacto dos preços das *commodities* e do câmbio sobre o PIB, e afirma que a base do argumento deste trabalho é feita sobre o nível de emprego⁶.

⁶ Alega-se que o uso do emprego para análise não é isento de distorções, pois há a questão das terceirizações, porém, justifica-se que isso não explica todos os movimentos de crescimento e composição do trabalho na economia, e assim, esta ainda é uma *proxy* válida para observar uma parte da estrutura econômica.

3.1 Doença holandesa

O argumento que afirma que a desindustrialização brasileira é uma manifestação da doença holandesa é sustentado pela persistente tendência de apreciação da taxa de câmbio que está em curso, porém, isto pode ser refutado se for visto as origens disso. A tendência de apreciação brasileira não tem como principal responsável a existência de recursos abundantes e baratos, os quais se configurariam a princípio o minério de ferro e o complexo de soja (a mão-de-obra também não seria o caso, apesar desta ter um custo baixo em relação à Europa e E.U.A.).

Gráfico 2 - A entrada de divisas oriundas dos fluxos de capital externo e das exportações de bens básicos – jan 2000-dez 2011



Fonte: BACEN, 2012.

Nota: Dados das exportações extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria de Comércio Exterior.

Capital externo refere-se à entrada de investimento estrangeiro direto e em carteira.

Na realidade, uma análise recente das contas externas evidencia que nos anos 2000 as pressões de valorização da moeda nacional decorrem mais dos fluxos de poupança externa que aportam no país, com destaque para os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, conforme evidencia a ilustração acima.

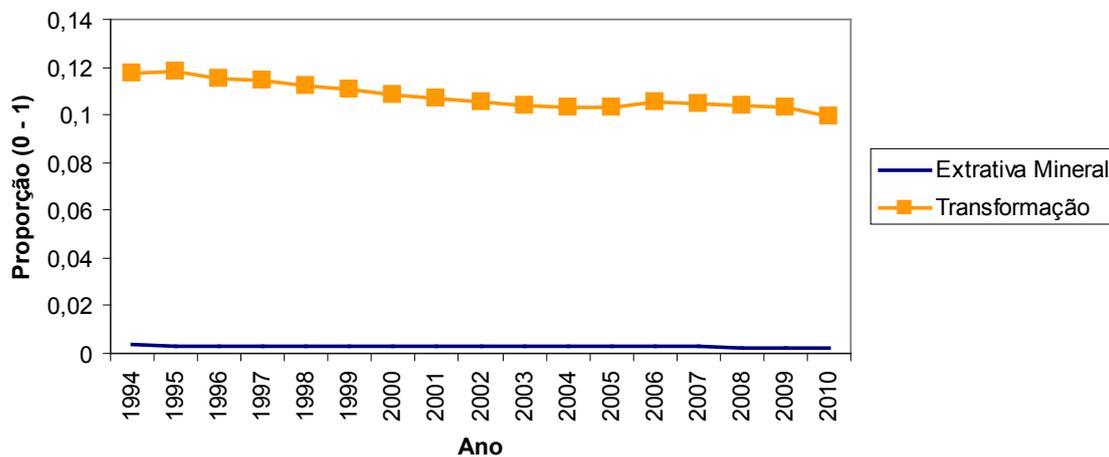
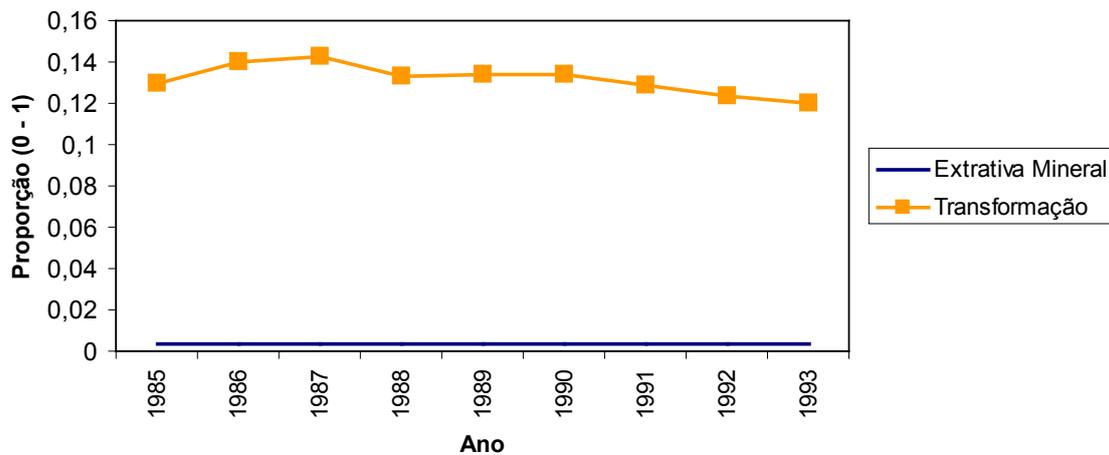
Cabe também comentar que historicamente, as transações correntes brasileiras geralmente apresentaram valores negativos, ou seja, é pouco provável que as receitas ricardianas de um determinado recurso estejam afetando a competitividade da indústria brasileira.

Entretanto, descartar a hipótese da doença holandesa com base nesse ponto é um pouco precipitado sem observar se está manifestando-se na economia o “efeito gasto”. Tal efeito seria traduzido por meio da elevação da renda, a qual a princípio é oriunda do *booming* (ferro, soja, por exemplo), e promove o deslocamento do emprego da indústria de transformação (*lagging*)

para setores não-transacionáveis, o que seria a construção civil e os serviços poucos qualificados e pouco conectados à produção (industrial), como comércio e alojamento.

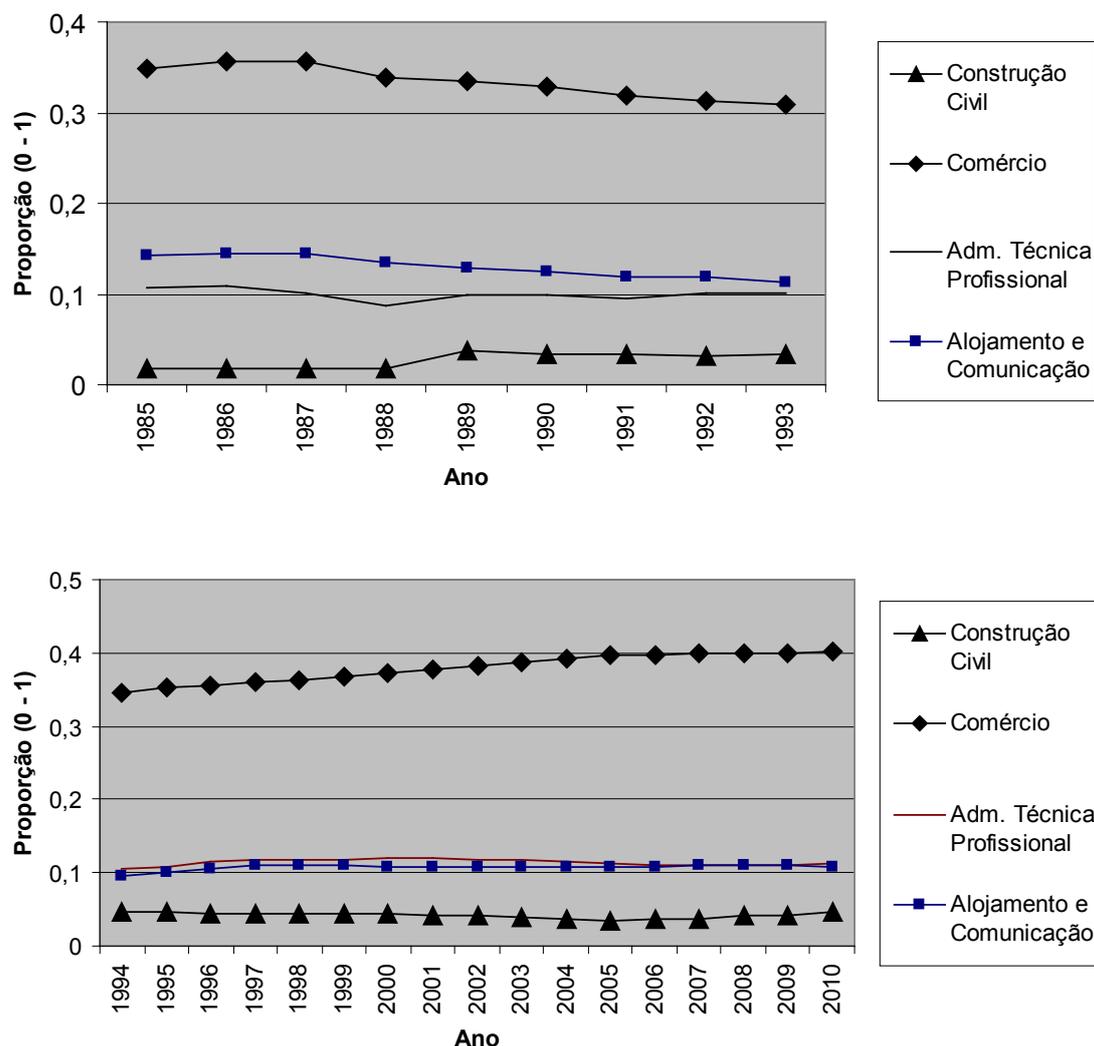
As ilustrações⁷ a seguir mostram qual é a composição dos setores de *tradables* e *non-tradables* ao longo do tempo, a fim de verificar a presença do “efeito gasto”.

Gráfico 3 - Composição do emprego no setor de transacionáveis – 1985-1993, 1994-2010



Fonte: MTE, 2011.

⁷ Há uma divisão entre dois gráficos devido à mudança metodológica a partir de 1994.

Gráfico 4 - Composição do emprego no setor de não-transacionáveis
1985-1993, 1994-2010

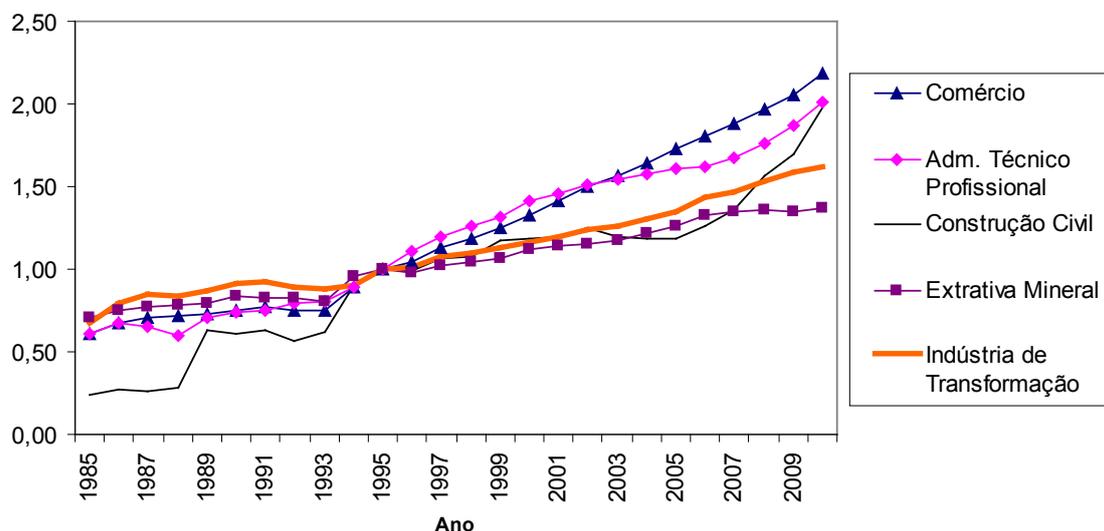
Fonte: MTE⁸, 2011.

Percebe-se que a participação do emprego da indústria de transformação no total evoluiu de forma negativa, o que evidencia a contração da indústria e do *lagging*, e ao mesmo tempo, nota-se que em relação ao total de trabalho, o crescimento da proporção no comércio foi significativa, frente às demais áreas. Isto poderia sinalizar a presença do “efeito gasto” inerente à doença holandesa, mas é necessário observar que a construção civil, um perfeito setor não-transacionável, teve um desempenho tímido quanto à sua fatia de emprego total. Ou seja, apesar de observar o crescimento do comércio em detrimento da indústria de transformação, é questionável a manifestação do “efeito gasto” ao levar em conta a construção civil, e isto gera resistência na aceitação da hipótese de que a desindustrialização brasileira possa advir da doença holandesa.

⁸ Base de dados financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Outro detalhe a ser conferido é o crescimento da mão-de-obra usada nesses setores ao longo do tempo, de forma a corroborar as avaliações feitas sobre a composição do emprego.

Gráfico 5 - Índices de crescimento do mercado de trabalho em distintos setores 1985-2010



Fonte: MTE, 2011.

Nota: a base dos índices desses setores de serviços é o ano de 1995.

A evolução do trabalho empregado no comércio possui uma ascensão destacada, e que é acompanhada nos últimos anos pela construção civil, porém, a indústria de transformação atravessa um ritmo mais moderado em comparação aos demais setores. A trajetória positiva e quase vertiginosa da construção civil poderia fornecer provas de que há a proliferação do “efeito gasto” na economia, mas é preciso levar em conta algumas características peculiares dessa área no Brasil, como a predominância do crédito imobiliário por parte do Governo Federal, que é exercido pela Caixa Econômica Federal. Em 2009, diante dos efeitos recessivos da crise de 2008, o Estado articulou um programa de incentivo à moradia chamado “Minha Casa Minha Vida”, o qual exerceu um estímulo considerável sobre o setor de construção e isso explica o significativo desempenho no emprego nesse segmento.

Então, permanece questionável o “efeito gasto” da doença holandesa, e juntamente com isso e o fato da apreciação cambial não derivar do *booming*, descarta-se a manifestação dessa falha de mercado na economia brasileira.

3.2 Mudança estrutural

Se a desindustrialização não decorre da doença holandesa, logo abre-se a hipótese desta ser um fenômeno da mudança estrutural, mas através da ilustração que exhibe o crescimento do empregos nos distintos setores, há fortes indícios de que talvez não seja isso. A partir de 2000, o crescimento da administração técnico-profissional, que é um serviço moderno, teve uma retração não-desprezível e revela recentes sinais de recuperação; entretanto, se o Brasil estivesse passando pela segunda fase de transformação estrutural (os recursos da indústria passando para os serviços), a desindustrialização seria acompanhada por uma elevação sustentada desse setor, fato não observado.

Mas enfatiza-se que a percepção da desindustrialização como parte do caminho de desenvolvimento econômico, e conseqüentemente, como processo de transformação estrutural, implica em observar as variáveis em termos de longo prazo, o que não é possível com uma base que abrange de 1985 a 2010, ainda mais com uma economia que não tem apresentado na média altas taxas de crescimento nesse período. E uma base de dados mais detalhadas dos serviços só está disponível entre 2006 e 2010, o que dificulta ainda mais a análise, porém, esse obstáculo é transposto ao comparar a composição dos serviços brasileiros com o de um país desenvolvido: os Estados Unidos.

Tabela 2 - Composição média da economia de serviços no Brasil e EUA – 2006-2010

	Brasil	Estados Unidos
Comércio	60,30%	36,80%
Serviços de Informação e Comunicação	5,34%	6,12%
Transportes, Armazenagem e Correio	12,94%	11,20%
Alojamento e alimentação	10,45%	16,78%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5,28%	12,68%
Serviços técnico, profissionais e científicos	5,69%	16,42%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços do IBGE, 2012; US Census Bureau, 2011.

Nota: Serviços técnicos, profissionais e científicos incluem assessoria jurídica, contabilidade, engenharia, arquitetura, e pesquisa científica.

A comparação da economia de serviços entre os dois países revela duas discrepâncias: a população empregada nas finanças ocupa nos serviços um espaço maior nos E.U.A. do que no Brasil, e além disso, o segmento de serviços técnico-profissionais norte-americanos (pesquisa científica, marketing, auditoria, perícia judicial, engenharia e arquitetura) responde por uma parte maior dos postos de trabalho de serviços em relação ao Brasil. As duas discrepâncias entre as economias indica que possivelmente há um grande caminho para o Brasil percorrer, a fim de atingir a segunda fase da transformação estrutural preconizada por Kuznets. Através dessa fotografia do segmento de serviços nos dois países, refuta-se que a princípio a desindustrialização brasileira possa ser

fruto da mudança estrutural, porém, é preciso deter-se sobre a evolução desse curto período a fim de extrair uma conclusão mais sólida:

Tabela 3 - A evolução dos serviços brasileiros – 2006-2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Comércio	60,60%	60,76%	60,44%	60,09%	59,63%
Serviços de Informação e Comunicação	5,56%	5,51%	5,39%	5,10%	5,12%
Transportes, Armazenagem e Correio	13,05%	12,84%	12,84%	12,88%	13,07%
Alojamento e alimentação	10,27%	10,36%	10,50%	10,57%	10,56%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5,33%	5,25%	5,23%	5,26%	5,31%
Serviços técnico, profissionais e científicos	5,19%	5,27%	5,60%	6,10%	6,31%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços do IBGE, 2012.

Essa tabela revela uma perspectiva positiva sobre a mudança estrutural quando percebe-se o crescimento da fatia dos serviços de mais alta qualificação, porém, trata-se de um período muito curto para confirmar que o Brasil está vivenciando a mudança estrutural. Entretanto, fica aberta a hipótese de que a suposta desindustrialização brasileira esteja mais marcada por alterações benéficas que maléficas.

4 Conclusão

Este artigo buscou discutir a suposta desindustrialização no Brasil ao conceituá-la de duas formas: reflexo da mudança estrutural e sintoma da doença holandesa. Enquanto a primeira forma encara a desindustrialização como parte do processo de desenvolvimento econômico, a segunda vê a perda da fatia da indústria na economia como um obstáculo ao desenvolvimento. Além dessa distinção entre esses tipos de desindustrialização, outra diferenciação dá-se por meio da composição dos serviços na economia, pois na transformação estrutural os serviços mais qualificados e de apoio à produção acabam ganhando maior importância, enquanto na doença holandesa, serviços mais tradicionais. Diante dessa referência, a metodologia do artigo pautou-se em analisar a evolução do nível emprego em diferentes setores econômicos, para assim, deduzir qual é o tipo de desindustrialização que está ocorrendo no Brasil.

Em relação à doença holandesa, apesar de ser questionável o “boom” de um setor estar provocando apreciação cambial (que estava muito presente até meados de 2012) responsável pela desindustrialização, buscou-se verificar a

manifestação do “efeito gasto” inerente a essa doença. Pontua-se que o emprego na indústria de transformação está reduzindo-se, e pressupondo que essa mão-de-obra está deslocando-se para outro setor, o comércio (um serviço que requer baixa qualificação) expandiu-se consideravelmente, e isto poderia indicar a atuação do referido efeito. No entanto, a construção civil, um não-transacionável por excelência, não possui importantes variações na participação do emprego, e seu ritmo de crescimento recente deve-se a particularidades do setor imobiliário brasileiro. Em síntese, a desindustrialização no Brasil não se encaixa estritamente como uma doença holandesa. Quanto à transformação estrutural, não há evidências claras as quais confirmem que a economia brasileira esteja vivenciando um fenômeno dessa espécie, apesar de nos últimos anos ter ocorrido um leve aumento da participação dos serviços altamente qualificados dentro do setor terciário.

Portanto, destarte a desindustrialização brasileira não ser concebida estritamente como mudança estrutural ou doença holandesa, interpreta-se que nos anos recentes (2006-2010), a desindustrialização talvez esteja ligada a efeitos positivos. Mas adverte-se que dado o baixo nível de renda *per capita* brasileiro, tal contração industrial pode não ser benéfica. Os reflexos mais claros disso dão-se na tendência de “reprimarização” da pauta de exportações, e indicam a baixa competitividade dos manufaturados brasileiros no exterior, e conforme alerta David Kupfer (Nassif, 2011), a persistência desse processo pode resultar num “quadro de fragilidade sistêmica da indústria”.

Referências

- Bah, E. M. (2008). Structural Transformation in Developed and Developing Countries. *The University of Auckland*.
- BACEN (Banco Central do Brasil). (2012). *SGS – Sistema de Gerenciador de Séries Temporais*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>> Acesso em: 12 mar 2012.
- Barbi, F.; Marconi, N. (2010). A taxa de câmbio e composição setorial da produção: sintomas de desindustrialização da economia brasileira. *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, n. 255.
- Bresser-Pereira, L. C. (2007). *Doença Holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana*. *Revista de Economia Política*, n. 28, p. 47-71.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). (2012). *CEPALSTAT – Base de Datos y Publicaciones Estadísticas*. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>> Acesso em: 19 dez 2012.
- Corden, W. M.; Neary, J. P. (1982). Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy. *The Economic Journal*, v. 92, n. 368, dez 1982, p. 825-848.
- Corden, W. M. (1984). Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation. *Oxford Economic Papers*, v. 36, n.3, p. 359-380.
- Fuchs, Victor R. (1980). Economic Growth and the Rise of Service Employment. *National Bureau of Economic Research*, Working Paper n. 486.

- Furtado, C. (2008). *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.
- Furtado, C. (1983). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2012). *Pesquisa Anual de Serviços*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2007_suple_prod_serv/default.shtm> Acesso em: 19 dez 2012.
- IPEADATA. (2012). Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 12 mar 2012.
- MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). (2011) *PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho*. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/>> Acesso em: 15 ago 2011.
- Nassif, M. I. (2011). A economia está se reprimarizando? - Estudo alerta para aumento da presença de produtos primários na pauta de comércio. *Desafios do desenvolvimento*, Brasília, n. 66, ano 8, p. 44.
- Nassif, A. (2008). Há evidência de desindustrialização no Brasil? *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 28, n. 1 (109), p. 72-96.
- Shettkat, R, Yocarini, L. (2003). The Shift to Services: a review of the literature. *IZA, Discussion Paper*, n 64.
- U.S. Bureau of Labor Statistics. (2013). Disponível em: <<http://www.bls.gov/>> Acesso em: 14 jan 2013.
- World Bank Data. (2013). Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/>> Acesso em: 14 jan 2013.